

## Agenda ambiental da administração pública (A3P): Percepção dos servidores da UFPB

### *Public administration environmental agenda (A3P): perception of UFPB servers*

Karllene R. C. Belchior<sup>1</sup>, José Ribamar M. Carvalho<sup>2</sup>, Francisco C. Vieira<sup>3</sup>, Enyedja Kelly Martins de A. Carvalho<sup>4</sup>, Clelia Mirlei F. Luna<sup>5</sup>

**Resumo:** A sustentabilidade e a gestão ambiental são temas recorrentes nas discussões na área de administração pública. Nesse contexto, o Governo Federal, a partir da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) vem procurando incentivar práticas que favoreçam o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o presente estudo buscou identificar a percepção dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em relação à importância da utilização das ações descritas na agenda, por meio da aplicação de um questionário subdividido de acordo com os cinco eixos temáticos da A3P. Para tanto foi realizada uma pesquisa descritiva, quantitativa e qualitativa. Os resultados apontam para a importância de se desenvolver práticas na instituição que possam estar sistematizadas e alinhadas ao contexto da sustentabilidade na gestão pública.

**Palavras-chaves:** A3P, gestão ambiental, administração pública.

**Abstract:** *Sustainability and environmental management are recurrent themes in discussions in the area of public administration. In this context, the Federal Government, based on the Environmental Public Administration Agenda (A3P) has been seeking to encourage practices that favor sustainable development. In this sense, the present study sought to identify the perception of the technical-administrative servants of the Federal University of Paraíba (UFPB) regarding the importance of implementing the actions described in the agenda, through the application of a questionnaire subdivided according to the five thematic axes of A3P. For this, a descriptive, quantitative and qualitative research was carried out. The results point to the importance of developing practices in the institution that can be systematized and aligned to the context of sustainability in public management.*

**Key words:** *A3P, environmental responsible, public administration.*

<sup>1</sup> Mestra em Administração Pública – PROFIAP/UFCC, Servidora da UFPB, Campus I, e-mail: [kalcacho@gmail.com](mailto:kalcacho@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor Adjunto da Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis, PROFIAP, CCJS/UFCC e PPGA/UFCC, e-mail: [profribamar@gmail.com](mailto:profribamar@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestrando PROFIAP/UFCC, Fisioterapeuta, UFCC, [cavalcantevieira@hotmail.com](mailto:cavalcantevieira@hotmail.com)

<sup>4</sup> Doutora. Professora da Faculdade São Francisco, e-mail: [enyedjakm@gmail.com](mailto:enyedjakm@gmail.com)

<sup>5</sup> Especialista. Enfermeira, e-mail: [mirleifelintoq@hotmail.com](mailto:mirleifelintoq@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

Existe uma preocupação mundial com as questões ambientais e alguns eventos que aconteceram nas últimas décadas marcaram o compromisso com este tema. Dentre eles, podemos citar a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO 92), onde a proposta de sustentabilidade foi consolidada e desde então tornou-se diretriz para a mudança de rumo no processo de desenvolvimento. Um dos principais resultados da RIO 92 foi a aprovação da Agenda 21, que, segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. O conceito de desenvolvimento sustentável passou então a ser um referencial para todos os países.

Nesse contexto, o MMA lançou e tem implementado, desde 1999, a Agenda Ambiental para a Administração Pública (A3P) que representa uma ação voluntária em busca da adoção de novos padrões de produção e consumo sustentável dentro do governo, inserindo as instituições públicas federais, estaduais, municipais e os seus gestores no processo de responsabilidade socioambiental, através de uma nova cultura institucional. Em suas ações, a A3P tem como um de seus princípios a política dos 5 R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos. O desafio está em transpor o discurso teórico e concretizar as ações, pois a adoção dos princípios de sustentabilidade implica em mudanças de atitudes e de práticas diárias. (Cartilha A3P).

As práticas sustentáveis no âmbito de instituições públicas e especialmente de universidades tem sido o catalisador na busca por melhores formas de gerir as atividades em busca de uma gestão que possa combinar questões sustentáveis em seus processos. De acordo com Disterheft *et al.* (2015), as universidades desempenham um papel fundamental no desenvolvimento da sociedade, e seu envolvimento no desenvolvimento sustentável será crucial para mudar as práticas atuais da sociedade em direção ao desenvolvimento sustentável. Assim, as informações sobre as medidas e ações tomadas para o desenvolvimento sustentável precisam ser comunicadas a todos os interessados da universidade.

Esses autores defendem que a difusão de informações sustentáveis no contexto das universidades ainda está em um estágio inicial, e nenhuma difusão é esperada no curto prazo, apesar das preocupações crescentes sobre a sustentabilidade em jovens e outras partes interessadas da universidade. Para Disterheft *et al.* (2015), Viegas *et al.* (2015) e Santos *et al.* (2010) algumas ações precisam ser tomadas para persuadir as universidades a adotar padrões mais sustentáveis em suas práticas administrativas. Uma estratégia que os autores apontam como interessante se refere ao fato de que algumas universidades européias, que são as universidades mais ativas no fornecimento de relatórios de sustentabilidade, melhoraram sua visibilidade adotando um modelo de divulgação de informações do *Global Reporting Initiative* (GRI), aumentando assim suas dotações e facilitando sua capacidade de angariar fundos para futuras atividades de sustentabilidade. Segundo esses autores o desenvolvimento sustentável nas universidades é crucial na mudança de práticas na sociedade.

Várias pesquisas foram desenvolvidas no âmbito nacional (LUIZ *et al.* 2013; MARINHO, GONÇALVES E KIPERSTOK, 2014; VIEGAS *et al.*, 2015) e no âmbito internacional (ALONSO-ALMEIDA *et al.* 2015; DISTERHEFT *et al.* 2015) que objetivaram estudar práticas sustentáveis em universidades públicas. Essas experiências reforçam a ideia e a importância de investigar esses contextos institucionais específicos.

Face ao exposto, o presente estudo esteve motivado a responder ao seguinte questionamento: Qual a percepção dos servidores técnico administrativos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o grau de importância da implementação das ações dos eixos temáticos da A3P?

No intuito de responder a problemática foi definido o seguinte objetivo: Identificar, a percepção dos servidores técnico administrativos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o grau de importância da implementação das ações dos eixos temáticos da A3P.

## MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que possui quatro *campi* distribuídos pelas cidades de João Pessoa, Areia, Bananeiras, Rio tinto e Mamanguape. Configura-se como a maior IFES do estado e que vem procurando atender aos preceitos legais inerentes à adoção de práticas sustentáveis, contribuindo para o desenvolvimento socioambiental. Acrescente-se a isso o fato de que a UFPB está listada entre os 586 parceiros com adesão à A3P.

O estudo foi realizado com servidores lotados em duas Pró Reitorias da UFPB (Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) e de Graduação (PRG)). O público-alvo da pesquisa se direcionou aos servidores técnico-administrativos, posto serem agentes multiplicadores e transformadores da realidade no âmbito das IFES, e sua colaboração supostamente configuram-se como essenciais para a mudança de postura dos colaboradores e dos usuários dos serviços da universidade.

A análise dos dados se deu de forma descritiva, via coleta de dados primários através de um questionário com perguntas objetivas relacionadas à percepção servidores técnico-administrativos quanto à importância da utilização das ações dos eixos temáticos da A3P no âmbito da UFPB. A pesquisa se classifica como quantitativa e qualitativa. Quantitativa por que se buscou inicialmente identificar a importância das práticas sustentáveis relacionadas à A3P, o propósito foi oferecer informações resumidas sobre as várias características das práticas, conforme o entendimento de Hair Jr. *et al.* (2007) ao ponderar a importância no sentido de encontrar informações resumidas sobre as várias características desse estudo. Configura-se também como qualitativa devido ao fato de que se busca por descobertas e informações mais compreensíveis sobre as características das variáveis relacionadas aos eixos temáticos da A3P (HAIR Jr. *et al.* 2007).

Para tanto, foi utilizado um questionário que continham questões abertas e fechadas. O questionário baseado em formato de *check list* elaborado a partir do estudo de Luiz *et al.* (2013). Em sua versão original, o *check list* era composto por 52 questões, subdivididas de acordo com os cinco eixos temáticos da A3P, com opções de resposta “adere” ou “não

adere” para ser aplicado com os respectivos servidores da UFPB.

Os itens desta pesquisa foram divididos de acordo com os eixos temáticos sugeridos pelo referido estudo. Aos participantes foram entregues o questionário e estes deveriam elencar os itens pertencentes a cada eixo, na perspectiva de que expusessem a percepção em relação aos itens mais urgentes ou mais importantes para serem postos em prática. A amostra adotada foi do tipo não probabilística e por acessibilidade. A pesquisa foi realizada durante os meses de setembro a outubro de 2016.

O critério de inclusão para participação foi ser servidor desta instituição e estar lotado na Pró-Reitoria de Graduação (PRG) ou na Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) da UFPB. Através de contato com as secretárias das Pró-Reitorias verificou-se que no momento de realização da pesquisa haviam 42 servidores lotados na PRG e 28 na PRPG, totalizando 70 servidores. Destes, 2 estavam cedidos para outros setores e 4 estavam de licença médica. Através da exposição da pesquisa em cada setor, 30 servidores se dispuseram a responder o questionário, sendo 8 lotados na PRPG e 22 na PRG, o que corresponde a 42,86% do total de servidores que foram selecionados para participar do estudo. A escolha desse público-alvo está embasada no fato de que são servidores que atuam diretamente em setores estratégicos da instituição, e que supostamente apresentariam melhores condições de opinar sobre a problemática de investigação da pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados encontrados no estudo demonstraram que 50% dos participantes tem entre mais de 50 anos, 30% entre 41 e 50 anos, 13, 3% entre 31 e 40 anos e 6,7% entre 18 e 30 anos. A maioria tem nível completo (técnico) (73,3%), O nível de instrução que prevalece é especialização (50%), 33,3% nível médio completo, 6,7% nível superior completo e 3,3% doutorado.

No tocante a percepção dos entrevistados em relação aos 5 eixos temáticos da A3P, foi solicitado aos servidores que escolhessem, dentre os itens elencados em cada um dos eixos, aqueles que considerava de maior urgência para serem implantados em seu setor de trabalho. O número de itens a serem escolhidos em cada eixo variava de acordo com a percepção dos participantes, ver tabela 1.

Tabela 1: Disposição de itens por eixo temático

Eixo Temático da A3P	Número de itens listados	Quantidade de itens a serem escolhidos
Eixo 1 - Uso racional de recursos naturais e bens públicos	06	3
Eixo 2 - Gestão adequada de resíduos gerados	05	3
Eixo 3 - Qualidade de vida no ambiente de trabalho	18	9
Eixo 4 - Sensibilização e	06	3

capacitação de servidores	Eixo	5	-	16	8
Licitações sustentáveis					

Fonte: Elaboração própria

No Eixo 1, aborda aspectos relacionados ao uso racional de recursos naturais e bens públicos. Como se observa foram elencados seis itens, a partir disso foi solicitado que os entrevistados escolhessem três. Na tabela 2 são evidenciados os mais importantes para serem implementados, segundo a opinião dos participantes, que sejam: a redução do consumo de papel (70%), destinação devida para os bens materiais classificados como ociosos, recuperáveis, antieconômicos ou irrecuperáveis (63,3%) e redução do consumo de copos descartáveis (53,3%). Vale destacar que vivemos em nosso país hoje uma severa crise hídrica, mas o item relacionado a redução de consumo de água foi o menos percebido como importante, com apenas 23,3% de escolha.

No serviço público, talvez por conta do efeito negativo da burocracia, há um imenso consumo de papel, pois tudo deve ser documentado e arquivado. Iniciado o uso do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) na UFPB, os memorandos passaram a serem enviados e arquivados via sistema, através da internet, tornando-se desnecessário a impressão de cada um deles. Porém, o que se vê é que os servidores ainda imprimem e arquivam. Todavia, muito embora existam atitudes que vem modificando a postura de alguns servidores, entende-se que muito ainda há o que se fazer para mudar a postura do servidor público em busca de uma postura mais sustentável.

Tabela 2: Itens do Eixo 1 da A3P

Eixo temático 1 – Uso racional de recursos naturais e bens públicos	
Item	Porcentagem
Redução do consumo de papel	70,0%
Redução do consumo de energia	40,0%
Redução do consumo de água	23,3%
Redução do consumo de copos de plástico (descartáveis)	53,3%
Redução do consumo de outros materiais /recursos que possam causar impactos ambientais significativos	50,0%
Destinação devida para os bens materiais classificados como ociosos, recuperável, antieconômico ou irrecuperável	63,3%

Fonte: elaboração própria

O Eixo 2 (Gestão adequada de resíduos gerados) apresenta cinco itens e foi solicitado aos entrevistados que escolhessem três. Os resultados sinalizam (tabela 3), a necessidade da prática e incentivo à política dos 5R's (66,7%), a coleta seletiva solidária com separação dos resíduos na fonte e doação para cooperativas e associações de catadores (80%) e o uso, devolução de pilhas e baterias, lâmpadas, produtos eletrônicos e seus componentes, pneus, óleos lubrificantes e agrotóxicos bem como suas embalagens, para os comerciantes (73,3%).

Tabela 3: Itens do Eixo 2 da A3P

<b>Eixo temático 2 – Gestão adequada de resíduos sólidos</b>	
<b>Item</b>	<b>Porcentagem</b>
Prática e incentivo à política dos 5R's (Repensar, Reduzir, Reciclar, Reutilizar, Recusar).	66,7%
Instituir a Comissão de Coleta Seletiva Solidária, nos termos do Decreto 5.940/2006.	40,0%
Padrão de cores nos coletores de lixo, de acordo com a Resolução do CONAMA 275/2005.	40,0%
Coleta seletiva solidária com separação dos resíduos na fonte e doação para cooperativas e associações de catadores.	80,0%
Após o uso, devolução de pilhas e baterias, lâmpadas, produtos eletrônicos e seus componentes, pneus, óleos lubrificantes e agrotóxicos bem como suas embalagens, para os comerciantes em atendimento ao sistema de logística reversa criado pela Lei 12.305 (2010).	73,3%

Fonte: elaboração própria

No Eixo 3 (Qualidade de vida no ambiente de trabalho) tinha-se dezoito itens e foi solicitado que os servidores escolhessem os nove que acreditavam ser mais importantes. Os resultados encontrados (tabela 4) demonstram que o desenvolvimento e a capacitação do servidor são por eles vistos como de maior importância, bem como a necessidade para implementar as ações de qualidade de vida.

Tabela 4: Itens do Eixo 3 da A3P

<b>Eixo temático 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho</b>	
<b>Item</b>	<b>Porcentagem</b>
Oferecer atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos servidores e estagiários.	40,0%
Atender a todas as exigências de acessibilidade em suas instalações.	63,3%
Preocupar-se com a ergonomia de mobiliário e equipamentos de uso dos servidores e estagiários.	66,7%
Possuir Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).	50,0%
Possuir controle da jornada de trabalho.	23,3%
Possuir grupo especializado/capacitado para apoio a neuroses (antitabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas).	46,7%
Os ambientes, especialmente os de trabalho, devem ser salubres.	56,7%
Possuir programa de saúde ocupacional.	60,0%
Possuir programa de orientação nutricional.	50,0%

Incentivo ao desenvolvimento e capacitação de seus servidores por meio da autonomia das atividades a serem desenvolvidas.	60,0%
Incentivo ao desenvolvimento e capacitação de seus servidores por meio do aproveitamento das habilidades individuais e coletivas.	73,3%
Incentivar e promover a integração social interna e externa, através da ausência de preconceitos.	33,3%
Incentivar e promover a integração social interna por meio da integração de servidores em áreas comuns e eventos de finalidade integrativa.	43,3%
Incentivar o desenvolvimento e capacitação de seus servidores por meio da percepção do significado do trabalho individual e coletivo.	73,3%
Incentivar e promover a integração social interna por meio da promoção dos relacionamentos interpessoais.	26,7%
Incentivar e respeitar a liberdade de expressão.	43,3%
Incentivar e respeitar a privacidade pessoal	53,3%
Incentivar e respeitar o tratamento impessoal.	36,7%

Fonte: elaboração própria

No Eixo 4 (Sensibilização e capacitação de servidores), haviam seis itens, dos quais deveriam ser escolhidos três. O item enfatizado foi desenvolver ações de sensibilização e capacitação com os servidores técnico-administrativos (63,3%). Na tabela 5 se observa que os outros itens de maior relevância foram os relacionados a desenvolver ações de sensibilização da comunidade no entorno da instituição no que abrange a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente (60%) e produzir e divulgar material educativo voltado à preservação e conservação do meio ambiente (56,7%). Esses resultados permitem inferir que a referida instituição pode buscar em futuro próximo estar adotando a gestão para atitudes mais sustentáveis, embora os governos locais estejam se movendo mais rapidamente do que outros níveis do setor público com relação à integração dos aspectos ambientais e de sustentabilidade nas operações e estratégias.

Tabela 5: Itens do Eixo 4 da A3P

<b>Eixo temático 4 – Sensibilização e capacitação de servidores</b>	
<b>Item</b>	<b>Porcentagem</b>
Desenvolver ações de sensibilização e capacitação com os servidores técnico-administrativos.	63,3%
Desenvolver ações de sensibilização e capacitação com os servidores docentes.	30,0%

Realizar sensibilização dos gestores em relação às questões socioambientais.	46,7%
Promover a educação ambiental ao corpo discente em todos os níveis de ensino.	43,3%
Desenvolver ações de sensibilização da comunidade no entorno da instituição no que abrange a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.	60,0%
Produzir e divulgar material educativo voltado à preservação e conservação do meio ambiente.	56,7%

Fonte: elaboração própria

Já no Eixo 5 (Licitações sustentáveis) foram elencados dezesseis itens, dos quais seriam escolhidos oito. A tabela 6 retrata que os três itens mais relevantes foram os referentes a aquisições sustentáveis (73,3%), dar prioridade para aquisição de produtos que colaboram para menor consumo de água e energia (73,3%) e observar a qualidade e durabilidade dos produtos adquiridos (73,3%). Em seguida, obteve destaque a necessidade de que os projetos de engenharia para construções devem possuir exigências que levem a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água e a utilização de tecnologias e materiais que reduzem os impactos ambientais (66,7%), seguido do critério avaliativo na contratação a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (63,3%).

Nessa relação com as licitações sustentáveis, os participantes sinalizam que adotar medidas para reduzir o consumo de água e energia (56,7%) deve ser prioridade, assim como na aquisição de veículos, deve ser observada a maior eficiência, menor poluição e utilização de combustíveis alternativos (53,3%).

Tabela 6: Itens do Eixo 5 da A3P

<b>Eixo temático 5 – Licitações sustentáveis</b>	
Item	Porcentagem
Os projetos de engenharia para construções devem possuir exigências que levem a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água e a utilização de tecnologias e materiais que reduzem os impactos ambientais.	66,7%
Deve ser observada a produção com menor consumo de matéria prima e maior quantidade de reciclável.	43,3%
Deve ser dada a preferência para produtos fabricados por fontes não poluidoras, bem como materiais que não prejudiquem a natureza.	73,3%
Como critério avaliativo, deve ser observado a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras.	63,3%

Deve ser dado prioridade para aquisição de produtos que colaboram para menor consumo de água e energia (lâmpadas econômicas, torneiras automáticas)	73,3%
A instituição deve adquirir produtos reciclados	40,0%
Deve ser observada a qualidade e durabilidade dos produtos adquiridos.	73,3%
Na aquisição de veículos, deve ser observada a maior eficiência e menor poluição, bem como a utilização de combustíveis alternativos.	53,3%
Existência de preferência para aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento.	40,0%
Na aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, devem ser observados os critérios estabelecidos na Resolução CONAMA 20 (1994), que instituiu o selo ruído.	30,0%
Nos editais deve ser exigido que a empresa forneça treinamento a seus empregados.	46,7%
Utilizar equipamentos de limpeza que não gerem ruídos	30,0%
Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários a atividade.	46,7%
Realizar a separação dos resíduos sólidos descartados.	43,3%
Adotar medidas para reduzir o consumo de água e energia.	56,7%
Sempre que possível, a entidade deve realizar a licitação por meio do pregão eletrônico.	20,0%

Fonte: elaboração própria

Finalmente, dos 30 participantes, 29 afirmaram estarem dispostos a contribuir para a implementação destas ações em seus setores. Porém, nas respostas à questão subjetiva, a necessidade de treinamento e de envolvimento dos gestores foram mais citadas. Em resumo, seguem abaixo as ações que, na visão dos servidores, têm maior urgência para serem colocadas em prática nos seus ambientes de trabalho (tabela 7). Esses resultados se alinham ao entendimento de Chelala (2012) quando destaca o papel da gestão pública nos seus mais variados contextos, configurando-se como um elemento fundamental na indução de práticas mais sustentáveis, seja por meio de políticas públicas ou outras ações, capaz de promover novas configurações para o funcionamento da máquina pública, no que diz respeito à aquisição, produção.

Tabela 7: Ações mais urgentes

<b>Eixo temático 1 – Uso racional de recursos naturais e bens públicos</b>	
Redução do consumo de papel.	
Destinação devida para os bens materiais classificados como ociosos, recuperável, antieconômico ou irrecuperável.	

Redução do consumo de copos de plástico (descartáveis).

### **Eixo temático 2 – Gestão adequada de resíduos sólidos**

Coleta seletiva solidária, com separação dos resíduos na fonte e doação para cooperativas e associações de catadores.

Após o uso, devolução de pilhas e baterias, lâmpadas, produtos eletrônicos e seus componentes, pneus, óleos lubrificantes e agrotóxicos bem como suas embalagens, para os comerciantes em atendimento ao sistema de logística reversa criado pela Lei 12.305 (2010).

Prática e incentivo à política dos 5R's (Repensar, Reduzir, Reciclar, Reutilizar, Recusar).

### **Eixo temático 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho**

Incentivo ao desenvolvimento e capacitação de seus servidores por meio do aproveitamento das habilidades individuais e coletivas.

Incentivar o desenvolvimento e capacitação de seus servidores por meio da percepção do significado do trabalho individual e coletivo.

Preocupar-se com a ergonomia de mobiliário e equipamentos de uso dos servidores e estagiários.

Atender a todas as exigências de acessibilidade em suas instalações.

Possuir programa de saúde ocupacional.

Incentivo ao desenvolvimento e capacitação de seus servidores por meio da autonomia das atividades a serem desenvolvidas.

Os ambientes, especialmente os de trabalho, devem ser salubres.

Incentivar e respeitar a privacidade pessoal

Possuir programa de orientação nutricional.

Possuir Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

### **Eixo temático 4 – Sensibilização e capacitação de servidores**

Desenvolver ações de sensibilização e capacitação com os servidores técnico-administrativos.

Desenvolver ações de sensibilização da comunidade no entorno da instituição no que abrange a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

Produzir e divulgar material educativo voltado à preservação e conservação do meio ambiente.

### **Eixo temático 5 – Licitações sustentáveis**

Deve ser dada a preferência para produtos fabricados por fontes não poluidoras, bem como materiais que não prejudiquem a natureza.

Deve ser dada prioridade para aquisição de produtos que colaboram para menor consumo de água e energia (lâmpadas econômicas, torneiras automáticas...).

Deve ser observada a qualidade e durabilidade dos produtos adquiridos.

Os projetos de engenharia para construções devem possuir exigências que levem a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água e a utilização de tecnologias e materiais que reduzem os impactos ambientais.

Como critério avaliativo, deve ser observado a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras.

Adotar medidas para reduzir o consumo de água e energia.

Na aquisição de veículos, deve ser observada a maior eficiência e menor poluição, bem como a utilização de combustíveis alternativos.

Nos editais deve ser exigido que a empresa forneça treinamento a seus empregados.

Fonte: própria

Os achados dessa pesquisa sinalizam para um cenário que ainda se apresenta em um estágio embrionário em relação à adoção de práticas alinhadas ao contexto da A3P. Chelala (2012) já alertava que o consumo de papel, energia e água são emblemáticos uma vez que ilustram sobremaneira a postura dos servidores públicos em relação ao seu compromisso com a sustentabilidade. Dependendo da natureza da instituição pública, esses três itens podem representar uma despesa considerável no orçamento da instituição. A universidade consome em grande medida os três itens. Entretanto, em linhas gerais, esses três itens permeiam o funcionamento de todas as instituições e representam uma constante preocupação quando se pensa no estabelecimento de programas de eficiência do gasto público, bem como em boas práticas de gestão.

## **CONCLUSÕES**

As discussões inerentes ao sucesso de implementação da A3P e o compromisso dos gestores e servidores no âmbito de uma IFES pública podem proporcionar resultados interessantes ao aprimoramento das práticas de gestão. Os benefícios não são apenas financeiros, por meio da economicidade de bens públicos e eficiência no consumo, mas principalmente ambientais, pela redução dos danos ao meio ambiente e preservação dos recursos naturais.

Os achados encontrados no estudo sinalizam que a implementação da A3P em Instituições de Ensino Superior (IES) pode contribuir para a melhoria dos processos organizacionais da instituição, através do planejamento de suas práticas e processos. Deve ainda colaborar para implantação efetiva da gestão ambiental na instituição pesquisada, tomando os resultados como base para elencar as prioridades, tendo em mente que todos os itens devem ser implementados ao longo do tempo de acordo com as necessidades e peculiaridades da Instituição.

Durante a pesquisa foi possível perceber que existe uma Comissão de Gestão Ambiental na UFPB, mas não há divulgação sistemática sobre a mesma e nem sobre suas ações, sendo estas pouco conhecidas pela comunidade acadêmica. Entende-se que é necessário, conforme recomendado na Cartilha da A3P, fazer um diagnóstico da instituição e levantar os pontos mais urgentes. Nesse estudo foi visto que é possível levantar essa informação também através da perspectiva dos servidores e utilizar esses dados para guiar o planejamento de implementação de ações de sustentabilidade.

Foi possível observar ainda que a Instituição pesquisada possui aderência parcial ao atendimento à legislação, bem como as recomendações do Ministério do Meio Ambiente quanto à proposta da A3P. A percepção dos entrevistados

sinaliza que na instituição estudada ainda existe muito a ser feito em relação ao alinhamento das questões que perpassam os eixos contemplados pela proposta da A3P. Percebeu-se que existe uma demanda interna para implantar políticas e projetos voltados para esta temática.

Espera-se que no futuro, a referida IFES possa está mais focada em concretizar suas ações, a partir de maior direcionamento a aspectos sociais, econômicos e ambientais, relacionados ao modelo sustentável de gerenciamento no âmbito das repartições públicas federais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO-ALMEIDA, M. D. M.; MARIMON, F.; CASANI, F.; RODRIGUEZ-POMEDA, J. **Diffusion of sustainability reporting in universities: current situation and future perspectives.** Journal of Cleaner Production, v.106, pp.144-154, 2015 .

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaoocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoocompilado.htm) > Acesso em 05 Mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990. **Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/D99658.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/D99658.htm)> Acesso em 08 de Mar 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005. **Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm) > Acesso em 05 de Mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006 (2006). **Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm)> Acesso em 08 de Mar 2015.

\_\_\_\_\_. Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010. **Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.** Disponível em <<http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacaoDetalhe.asp?ctdCod=295>> Acesso em 08 de Mar. 2015

\_\_\_\_\_. Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981 (1981). **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938compilada.htm)> Acesso em 07 de Mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999 (1999). **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm)> Acesso em 07 de Mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010 (2010). **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm)> Acesso em 05 de Mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. **Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11419.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11419.htm)> Acesso em 05 de Mai de 2015.

CHELALA, C. **Economia verde: desafios para o setor público. Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas.** n. 4, p. 45-59, 2012.

DISTERHEFT, A.; CAEIRO, S.; AZEITEIRO, U. M.; LEAL FILHO, W. **Sustainable universities – a study of critical success factors for participatory approaches.** Journal of Cleaner Production, 1, v.106, pp.11-21, 2015.

DO AMARAL, H. K. **Desenvolvimento de competências de servidores na administração pública brasileira.** Revista do Serviço Público, v.57, n. 4, p. 549-563, 2006.

LUIZ, L. C.; RAU, K.; FREITAS, C. L.; PFITSCHER, E. D. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e práticas de sustentabilidade: estudo aplicado em um instituto federal de educação, ciência e tecnologia.** Administração Pública e Gestão Social, v. 5, n. 2, p. 114-134, 2013. Disponível em <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/9715/agenda-ambiental-na-administracao-publica--a3p--e-praticas-de-sustentabilidade--estudo-aplicado-em-um-instituto-federal-de-educacao--ciencia-e-tecnologia>> Acesso em 06 mar. 2015.

MARINHO, M.; GONÇALVES, M. S.; KIPERSTOK, A. **Water conservation as a tool to support sustainable practices in a Brazilian public university.** Journal of Cleaner Production, 1 v.62, pp.98-106, 2014.

MORAIS, A. M.; NEVES, I. P. **Fazer investigação usando uma abordagem metodológica mista.** Revista Portuguesa de Educação. Braga, v.20, n.2, 2007. Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S087191872007000200004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087191872007000200004&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 07 mai. 2015.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Ministério do Meio Ambiente. **Cartilha da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).** Disponível em <[http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/\\_arquivos/cartilha\\_a3p\\_36.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf)> Acesso em 05 Mar. 2015.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, F. L.; CARNEIRO, A. F.; SOUZA, J. A.; SOUZA, R. M. S. **Análise da Adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) pela Cidade Portal da Amazônia**. *Gestão e Sociedade*, v. 11, n. 28, p. 1583-1610, 2017.

VIEGAS, S. F. S. S.; CABRAL, E. R.; GOMES, S. C.; CARVALHO, A. C. **Agenda Ambiental na Administração Pública A3P: Estudo da Adesão e Ação em uma Universidade Pública**. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, v. 4, n. 2, p. 7-28, 2015.